

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Universidade Federal de Alfenas / UNIFAL-MG

Programa de Pós-graduação – Ciências Ambientais



Rua Gabriel Monteiro da Silva, 714. Alfenas - MG CEP 37130-000

Fone: (35) 3701-9268 (Secretaria)

<http://www.unifal-mg.edu.br/ppgca/>



Júlia Soares de Moraes Siqueira

O TURISMO EXPLORATÓRIO NA REGIÃO DE CAPITÓLIO - MG

Alfenas-MG, março de 2022

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Universidade Federal de Alfenas / UNIFAL-MG

Programa de Pós-graduação – Ciências Ambientais



Rua Gabriel Monteiro da Silva, 714. Alfenas - MG CEP 37130-000

Fone: (35) 3701-9268 (Secretaria)

<http://www.unifal-mg.edu.br/ppgca/>



Júlia Soares de Moraes Siqueira

O TURISMO EXPLORATÓRIO NA REGIÃO DE CAPITÓLIO - MG

A Banca examinadora abaixo-assinada aprova a Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Federal de Alfenas.

Área de concentração: Ciências Ambientais.

Aprovada em: 04 de abril de 2022

Prof. Dr. Tales Alexandre Aversi-Ferreira

Instituição: Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)

Prof. Dr. Clibson Alves do Santos

Instituição: Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)

Profa. Dra. Tainá de Abreu

Instituição: Universidade Federal do Tocantins (UFT)



Documento assinado eletronicamente por Tainá de Abreu, Usuário Externo, em 04/04/2022, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamentono art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Clibson Alves dos Santos, Professor do Magistério Superior, em 05/04/2022, às 12:02, conforme horário oficialde Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Tales Alexandre Aversi Ferreira, Professor do Magistério Superior, em 06/04/2022, às 13:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 0702584 e o código CRC 5C0B8ABC.

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca Central

Siqueira, Júlia Soares de Moraes.

Turismo exploratório em Capitólio – MG / Júlia Soares de Moraes Siqueira.
- Alfenas, MG, 2022.

28 f. : il. -

Orientador(a): Tales Alexandre Aversi-Ferreira.

Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Universidade Federal
de Alfenas, Alfenas, MG, 2022.

Bibliografia.

1. Turismo. 2. Ecoturismo. 3. Impactos ambientais. 4. Conservação. 5. Meio
ambiente. I. Aversi-Ferreira, Tales Alexandre, orient. II. Título.

Ficha gerada automaticamente com dados fornecidos pelo autor.

AGRADECIMENTOS

Sou grata pela confiança depositada na minha proposta de projeto pelo meu orientador e professor Dr. Tales Alexandre Aversi-Ferreira. Obrigada por me manter motivada durante todo o processo.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

O turismo, no Brasil, ainda pela sua cadeia produtiva se faz necessário mão de obra, onde novas tecnologias digitais não podem substituir os cargos de trabalho. Nos últimos anos o setor turístico brasileiro ganha força e status de desenvolvedor da economia regional. A região de Capitólio, em Minas Gerais, teve maior reconhecimento pela procura turística em meados de 2016 através da mídia e da divulgação de famosos. Tendo em vista esse fator, o presente trabalho foi desenvolvido para avaliar a relação entre o meio ambiente e a atividade turística nessa área, sendo apresentado um relato de experiência observada das consequências oriundas de um turismo exploratório no entorno do Município de Capitólio. O intuito do estudo foi relatar a visão do profissional do meio ambiente sobre a experiência de condução em trilhas na região e identificar as características da exploração turística e sobre a concepção de ecoturismo dos condutores em trilhas que ali trabalham, com destaque de pontos positivos e negativos. Quando bem planejado, o ecoturismo pode trazer benefícios tanto para os visitantes quanto para as comunidades locais, sendo um importante instrumento de conservação que pode ser trabalhado de forma mais concreta.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo, ecoturismo, impactos ambientais, conservação, meio ambiente.

ABSTRACT

Tourism, in Brazil, is still necessary for its production chain, where new digital technologies cannot replace work positions. In recent years, the Brazilian tourism sector has gained strength and status as a developer of the regional economy. The Capitólio region, in Minas Gerais, had greater recognition for tourist demand in mid-2016 through the media and the dissemination of famous people. In view of this factor, the present work was developed to evaluate the relationship between the environment and tourist activity in this area, presenting an observed experience report of the consequences arising from an exploratory tourism in the surroundings of the Municipality of Capitólio. In view of this factor, the present work was developed to

evaluate the relationship between the environment and tourist activity in the region of Capitólio and Serra da Canastra, presenting an experience report of the applications of environmental education in the consequences arising from a tourism exploratory in the surroundings of the Municipality of Capitólio. The purpose of the study was to report the view of the environmental professional on the experience of driving on trails in the region and to identify the characteristics of tourist exploitation and on the concept of ecotourism of drivers on trails that work there, highlighting positive and negative points. When well planned, ecotourism can bring benefits to both visitors and local communities, being an important conservation instrument that can be worked on in a more concrete way.

KEYWORDS: Tourism, ecotourism, environmental impacts, conservation, environment.

1. INTRODUÇÃO

1.1. TURISMO NO BRASIL

Por volta de 1990, no Brasil, iniciaram-se discussões para desenvolver um turismo profissional e organizado (CANDIOTTO; BONETTI, 2015). O Brasil pode ser considerado um país em desenvolvimento no que tange o turismo pela dimensão de áreas que podem ser exploradas. Em 2016, segundo dados do Conselho Mundial de Viagens e Turismo, o setor turístico gerou cerca de 7 milhões de postos de trabalho (MARTINS, 2019).

O turismo é considerado um fenômeno sociocultural (ARAUJO; GODOY, 2016) que ultimamente desperta interesses em meios naturais e, dessa forma, abrange áreas ambientalmente frágeis ou de preservação. Assim, a atividade turística se encontra repleta de práticas que requerem, urgentemente, mudanças de percepções, valores, atitudes e representações sociais, pois essas práticas alteram todo um conjunto de condições naturais e que refletem também em suas interações. A natureza econômica dessa atividade gera impactos positivos como empregos, renda e melhoria de infraestruturas urbanas, e negativos como crescimento desordenado, desigualdades sociais e degradação do meio ambiente.

Desse modo, os ambientes naturais com atrativo turístico são explorados por atividades comerciais, culturais e de lazer, e que muitas vezes são tomadas medidas inadequadas de mau uso que podem alterá-los de forma prejudicial e irreversível. Dessa forma, as interações entre o homem e o meio ambiente estão, cada vez mais, tendo consequências nefastas pelo uso indiscriminado dos recursos da natureza (COSTA, 2011). Como resultado, há uma grande sucessão de desequilíbrios e transformações do meio ambiente no panorama mundial.

1.2. ECOTURISMO

O ecoturismo, um tipo crescente de turismo, engloba a contemplação, atividades de lazer, esportivas ou educacionais no meio natural a fim de preservar os patrimônios naturais e culturais do local visitado (FARIA, 2008). Conforme dados da EMBRATUR (1994), essa atividade turística é considerada um segmento que faz utilização, de forma sustentável, do patrimônio natural e cultural, e incentiva a conservação e tem finalidade de estabelecer uma consciência ambiental pela análise do ambiente, a fim de proporcionar o bem-estar das comunidades envolvidas.

O turismo ecológico é compõe a integração econômica e social e visa a proteção do ambiente natural (CAMARGO et al., 2011) . Essa modalidade de turismo vem se expandindo de forma diferenciada no Brasil e no mundo, pelo grande interesse dos turistas e pela rápida adequação da atividade nos ambientes naturais, cujo principal objetivo é atender a sustentabilidade e, principalmente, a conservação e a preservação do ambiente.

Com tudo, a designação de ecoturismo ainda é incompleta, o que gera muitas discussões entre os profissionais. Toda via, esse segmento é ainda tem uma ressalva que envolve uma consciência ecológica dos turistas a partir do contato e integração com o ambiente e a comunidade local, o que garante benefícios tanto para o visitante quanto para a comunidade ou atrativo visitado.

1.3. CONDUTOR DE TRILHAS

Os condutores em trilhas são profissionais capacitados a combinar a visitação de áreas naturais e a preservação do meio ambiente, repassando informações a fim de sensibilizar o turista para a questão ambiental. Contudo, é de grande importância que estes agentes sejam bem-preparados para esta tarefa, tendo, além dos

conhecimentos específicos para condução do turista e sobre o meio que trabalham, também a experiência de sua vivência ali naquele local que atuam. De qualquer forma, eles devem possuir importante responsabilidade na cadeia produtiva do ecoturismo com função, a fim de prestar informações sobre os atrativos do meio natural e históricas, incentivar atitudes sustentáveis entre os turistas, e cuidar da segurança dos grupos (TORRES, 2008). Além do mais, podem promover denúncias por danos ao meio ambiente (BARBOSA; ZAMBONI, 2000).

1.4. IMPACTOS AMBIENTAIS

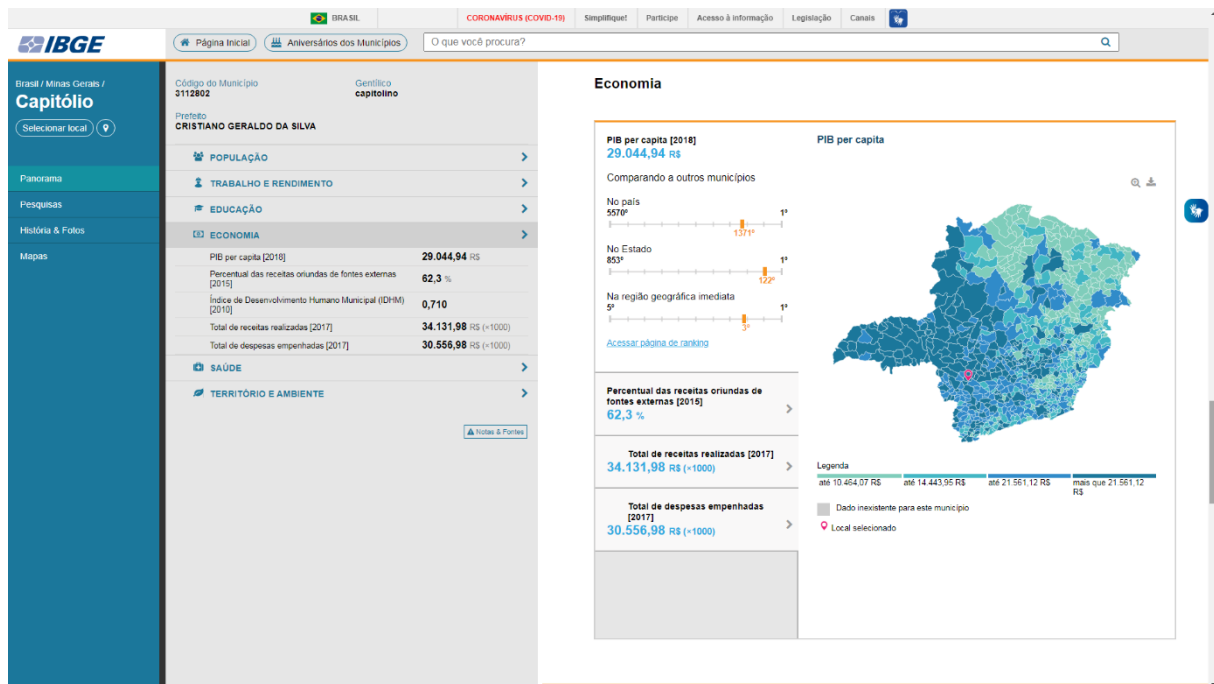
As ações do homem no meio ambiente causam, cada vez mais, crises oriundas pela utilização errôneas ou abusiva dos recursos naturais (COSTA, 2011). Conseqüentemente, haverá como resultado uma sucessão de desarranjos e transformações do meio ambiente no cenário natural.

A qualidade do meio ambiente, tanto natural quanto o construído pelo homem, é essencial para o turismo. Os impactos ambientais estão ligados à construção de obras para infraestrutura, como as rodovias e os aeroportos, a instalações turísticas (incluindo resorts, hotéis, restaurantes, pontos comerciais, áreas de lazer, marinas, entre outros), que são fundamentais para o desenvolvimento turístico (OLIVEIRA, 2008). Ocorre que, os impactos negativos desse desenvolvimento podem progressivamente aniquilar os recursos ambientais dos quais o turismo é dependente, ou seja, a atividade turística contínua e as mudanças que ocorrem a médio e longo prazo na economia e na ecologia local são fatores de influência. As explorações turísticas englobam práticas que demandam mudanças de percepções, valores e atitudes, o que altera as condições naturais e essas medidas inadequadas de uso podem causar um desequilíbrio de forma prejudicial e irreversível ao meio natural.

Todavia, é sabido que a economia turística corrobora com estudos no entendimento dos impactos, e pode-se ressaltar, principalmente, os positivos. São citadas as causas econômicas como a economia para a comunidade local (gera renda e empregos); economia pública (gastos e receitas tributárias) (Figura 1); a equidade do sistema (melhoria da distribuição de renda, integração social, transferência de impostos), entre outros (McINTOSH et al., 2000). E entende-se que, ainda na percepção positiva da exploração turística, há uma consequência na estrutura demográfica que demanda uma criação de novos empregos e com isso geram além

do êxodo rural, migrações inter-regionais, ou seja, os polos turísticos atraem os desempregados do perímetro regional. Fator como este, pode também, conter a migração, principalmente dos jovens, devido ao aumento da oferta de oportunidades.

FIGURA 1 – Economia do Município de Capitólio, MG.



Fonte: IBGE (2017).

1.5. HISTÓRIA DE CAPITÓLIO

Em meados de 1800, na região do município de Capitólio, que era conhecida como “Mata do Rio Piuhi”, chegaram dois portugueses que foram atraídos pelo potencial da vegetação local (ALVES; MELO, 2002). Desse modo, já no início do século XIX foram realizados alguns investimentos no agronegócio e o aumento gradativo dos empreendimentos e da movimentação de renda. Consequentemente, a ação antrópica influenciou naquela região e modificou as matas e o ecossistema ao longo do tempo.

No entanto, por volta de 1830, começaram a popularizar a região e assim foi se desenvolvendo a cidade. Foram três irmãos que fundaram o povoado e desde então, constituíram famílias e denominaram a região como “Arraial dos Francisco” cujo este nome era sobrenome dos irmãos, foi conhecido também como “Arraial dos Cabeças”. No fim daquele século, chegou naquela região um fazendeiro Pedro Messias da Cunha que adquiriu muitas terras pelo local, passados dois anos da sua chegada, ele

fez uma doação de terra para a sua comunidade a fim de construírem uma capela em homenagem à São Sebastião, padroeiro da cidade. Sendo assim, o povoado conquistou mais um novo nome, agora como “Arraial de São Sebastião dos Francisco” (ALVES; MELO, 2002).

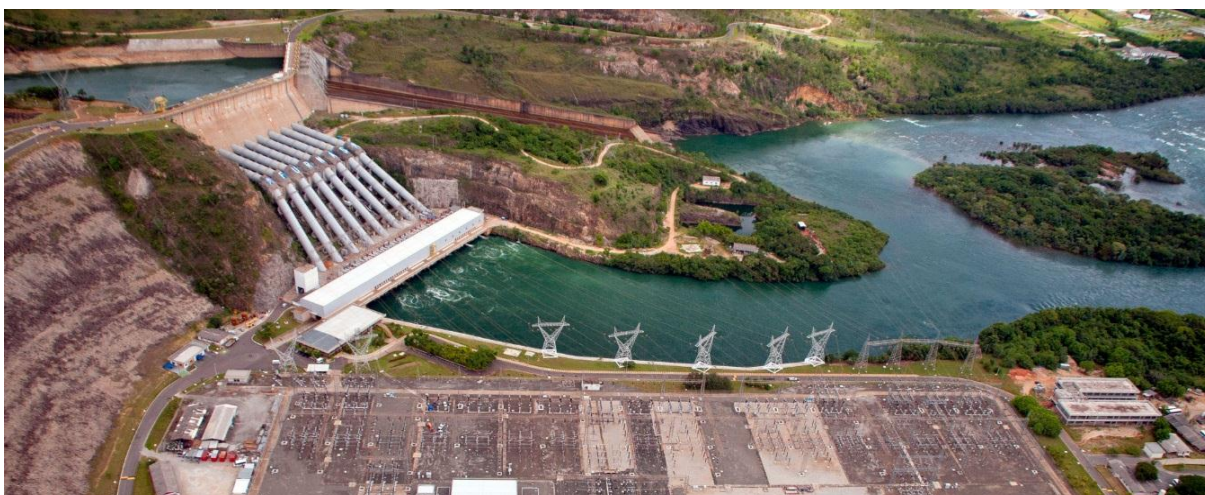
Em 07 de Setembro de 1923, a região foi desmembrada de Piumhi e foi reconhecido como Distrito de Capitólio, pertencente à Guapé. Em meados de 1939, o Distrito ganhou uma nova categoria como vila, denominado Vila de Capitólio. Com muito esforço, em 27 de dezembro de 1948, foi transformado em Município de Capitólio (ALVES; MELO, 2002). Até o atual momento não foram encontrados exemplares de relatos das populações anteriores aos portugueses na região.

Capitólio está localizado no sudoeste do estado de Minas Gerais, o qual possui 521.802 km² de área territorial, cujo bioma é predominantemente cerrado (IBGE, 2021). Conforme censo de 2010, haviam 8.183 habitantes, atualmente é estimado em de 8.693 habitantes (IBGE, 2021).

1.6. CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE FURNAS

A Usina Hidrelétrica de Furnas, também localizada na região de Capitólio-MG, atualmente é uma das grandes responsáveis pela denominação do local. A represa artificial, construída no curso do Rio Grande para o funcionamento da usina, é considerada hoje o grande “mar de Minas Gerais” e atrai todos os anos milhares de turistas que buscam por cenários que compreendem cachoeiras, cânions e, também, o grande lago formado pela represa (Figura 2) (GUIA DE DESTINOS, 2021).

FIGURA 2 – Usina Hidrelétrica de Furnas, MG



Fonte: site de Furnas (2021).

A Usina Hidrelétrica de Furnas está localizada no Rio Grande, mais precisamente entre os Municípios de São José da Barra e São João Batista do Glória, em Minas Gerais. A obra toda comporta oito unidades geradoras com um total instalado de 1.216 megawatts. No período de sua construção, com início em 1958, acabou por tornar-se a maior construção da América Latina, sendo necessária a criação da empresa estatal, a Furnas Centrais Elétricas para o seu devido gerenciamento. A execução da obra foi efetuada mediante à demanda brasileira por energia elétrica, para que se evitasse o colapso do novo plano governamental imposto naquela época (CORRÊA; PAULA, 2012).

A instalação da hidrelétrica sofreu forte oposição consequente da extensão de seu reservatório, o qual forçaria mais de trinta e cinco mil pessoas a desocuparem uma grande área necessária à implantação da obra, além, também, da perda de terras cultiváveis. Entretanto, na época de sua construção, a produção da hidrelétrica representaria mais de 1/3 de toda a energia gerada no Brasil, passo fundamental para o desenvolvimento industrial planejado por Juscelino Kubitschek, presidente na época. O aumento progressivo da capacidade de produção de energia elétrica no país, que seria fundamental para sua industrialização, passou a ocorrer a partir de 1950, quando grandes empresas controladas pelo governo passaram a dominar um setor anteriormente ocupado por empresas estrangeiras (CORRÊA; PAULA, 2012).

Após a posse de Juscelino, em janeiro de 1956, foi decidido que uma nova empresa estatal deveria assumir tanto o projeto como a operação da usina de Furnas, fato justificado por se tratar de um empreendimento abrangente de vários estados numa época em que eles manifestavam apenas interesses individuais (MELLO, 2011). Assim, determinou-se que a energia seria dividida em partes iguais entre Minas Gerais e São Paulo, chegando também ao Rio de Janeiro e ao Distrito Federal (CORRÊA; PAULA, 2012).

O projeto enfrentava oposição, especialmente por conta do impacto que a represa traria, ao inundar terras em 32 dos então 117 municípios no estado de Minas Gerais, obrigando a evasão de trinta e cinco mil pessoas que habitavam aquelas áreas futuramente inundadas. O governo federal, fez uma grande campanha favorecendo empreendimento na imprensa em associações de classe e profissionais. No discurso desenvolvimentista, o aproveitamento hidrelétrico da bacia do rio Grande seria

excepcional para o crescimento do país; fazendo com que fossem superadas aquelas disputas regionais, além do obscurecimento de consequências sociais e ambientais que surgiriam deste grande empreendimento (CORRÊA; PAULA, 2012).

Em 1958, teve início a construção da usina hidroelétrica (FIGURA 1). O financiamento para o início da obra veio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e do Fundo Federal de Eletrificação, além de um empréstimo de US\$ 73 milhões do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, o maior empréstimo para um único empreendimento até então (MELLO, 2011).

Com o avanço da obra e a constante degradação ambiental, as águas subiram rapidamente promovendo graves impactos, especialmente a inundação de centros urbanos inteiros, a citar a cidade de Guapé, a vila de São José da Barra, reconstruídas pela empresa em outros locais com infraestrutura completa; Fama-MG; Boa Esperança e uma grande parte do município de Capitólio-MG (MOREIRA FILHO, 2006).

Os cultivos de arroz e milho ainda verdes, tulhas cheias de cereais, casas, benfeitorias, engenhos de cana, moinhos, grande parte não conseguiu ser aproveitada, até mesmo alguns animais não conseguiram ser retirados (RIBEIRO et al., 2010). Alguns habitantes relutavam em deixar a área, sendo necessária a atuação das Forças Armadas (MOREIRA FILHO, 2006). As indenizações pagas foram a preço de escritura. Como as escrituras eram registradas a preços inferiores, em razão de impostos, a indenização foi correspondente aos valores anunciados. Muitos fazendeiros foram morar na Vila Vicentina, uma instituição de caridade de Capitólio-MG. Houve suicídios e vários casos de neuroses profundas (RIBEIRO et al., 2010).

A construção da hidrelétrica de Furnas transformou definitivamente a vida dos capitolinos. Houve muitos danos, visto que as melhores terras foram encobertas pela água. Segundo Rainer (2002), 22,4% da área total do município, foi inundada (RIBEIRO et al., 2010).

A população do município de Capitólio caiu. Segundo o Censo do IBGE de 1950, Capitólio tinha 6.643 habitantes, 5.668 na zona rural e 975 na área urbana. Quarenta anos depois, no Censo Demográfico de 1991, o município possuía 4.177 habitantes, sendo 1.432 na zona rural e 2.745 na urbana (RIBEIRO et al., 2010). Atualmente, segundo o censo de 2020, a cidade conta com 8.663 mil habitantes. Apesar de tantos problemas, a represa de Furnas também contou com muito progresso. A região ficou bem servida de energia e foi construída a rodovia que liga

Passos a Formiga, passando por Piumhi, e a região foi transformada em um enorme potencial turístico que desfruta do lago de Furnas com passeios turísticos e cachoeiras ao redor (RIBEIRO et al., 2010) e compõe grande parte da economia do local nos dias atuais e é o que movimenta a cidade.

1.7 ACIDENTE NATURAL NA REPRESA DE FURNAS

No dia oito de janeiro de 2022, por volta de meio dia, houve um desmoronamento de rocha nos cânions da represa de furnas, ponto turístico em capitólio, na altura da Rodovia MG-050, km 312. Devido à intensidade de chuvas na região, o acidente foi fatal para dez pessoas que estavam embarcadas em um passeio de lancha. Dessa forma, foi realizado um inquérito pelos órgãos responsáveis e foi apontado que a tragédia ocorreu em razão de um evento natural, sem influência da ação humana. Para aumentar a segurança do local e dos passeios de lancha, foram elaboradas dez sugestões, pelos profissionais fiscalizantes, que integram o relatório final do inquérito.

A queda da rocha foi um composto de fatores naturais, o bloco de quartzito despreendeu por perder sua sustentação devido ao processo erosivo, o que removeu a massa de sustentação e com fraturas nas regiões basais e laterais, a água se infiltrou nas fissuras e pode ter causado grande pressão sobre a rocha e ter provocado o acidente.

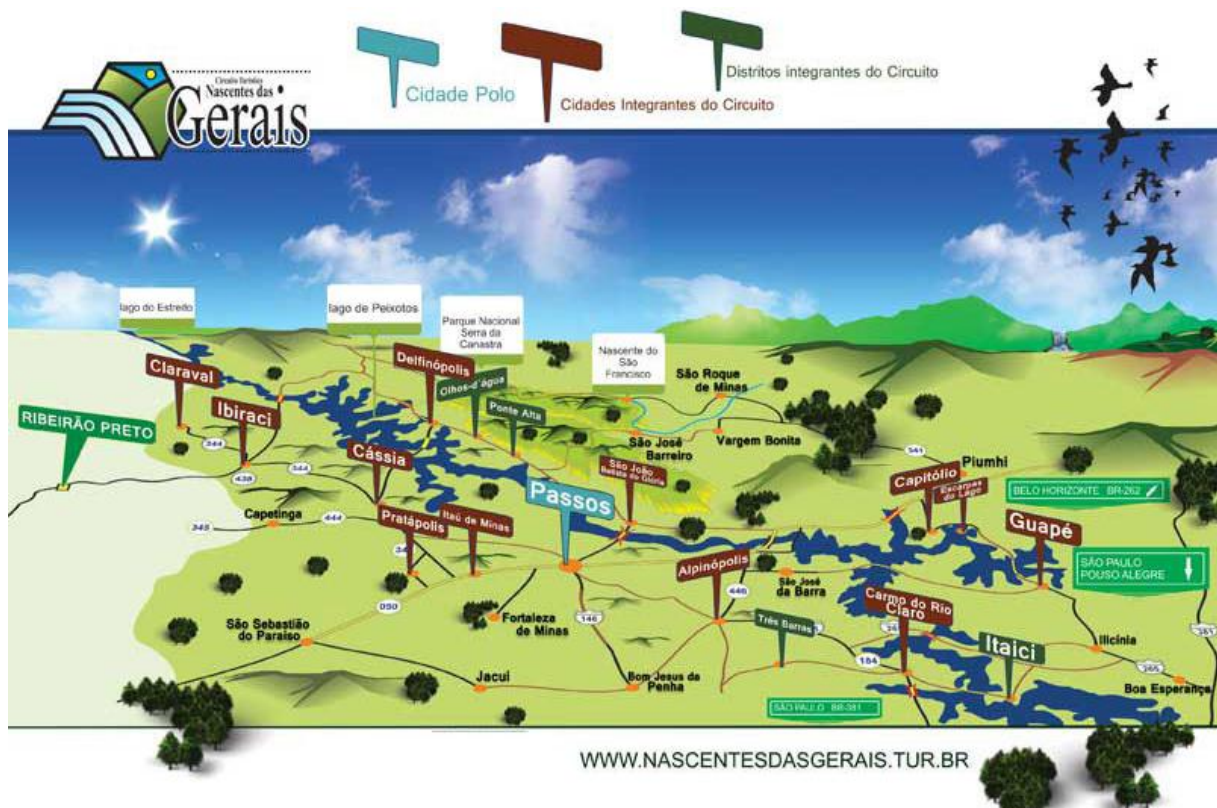
Nas épocas de cheias, as quais ocorrem muitas chuvas, é comum acontecer algum evento natural como, principalmente, as cabeças d'água. Este fenômeno meteorológico é causado pelo aumento repentino do nível de água em rios, sendo que uma grande quantidade de chuva precipita em partes superiores de uma cachoeira, geralmente nas cabeceiras, ou ao longo de um curso d'água, projeta-se sobre uma bacia de drenagem e nela existem fatores favoráveis para acelerar o escoamento superficial, o que faz com que as águas concentrem-se em pouco tempo nos canais fluviais (COLLISCHONN; KOBIYAMA, 2019). Desse modo, os declives elevados nas paredes dos vales adjacentes aos leitos dos rios podem ser citados como os principais responsáveis pelo escoamento rápido das águas. O processo é ocasionado rapidamente e os banhistas são surpreendidos pela força da água e dificultou a saída deles do corpo hídrico. Tal intercorrência pode acontecer em qualquer bacia de drenagem, entretanto, é importante ressaltar que ações humanas tendem a intensificar a grandeza desse fenômeno ou até mesmo fazê-lo aparecer em áreas que

antes não existia, já que elas interferem na forma, volume e intensidade do escoamento das águas de um rio.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Em meados de 2016, através da mídia e alguns famosos que faziam divulgação sobre Capitólio e, assim, o turismo tornou-se mais conhecido nesta época, principalmente na microrregião de Capitólio, Piumhi, São Roque de Minas e Vargem Bonita que englobam o Parque Nacional da Serra da Canastra. Essa região é provida pela represa de Furnas e por inúmeras cachoeiras e piscinas naturais. Além do mais, Capitólio faz parte do Circuito Turístico Nascentes das Geraís, que é composto por cidades como Carmo do Rio Claro, Cássia, Delfinópolis, Guapé, Ibiraci, Itaú de Minas, Passos, Pratápolis e São João Batista do Glória (Figura 3) (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÓLIO, 2021).

FIGURA 3 – Mapa da Região de Capitólio, MG.

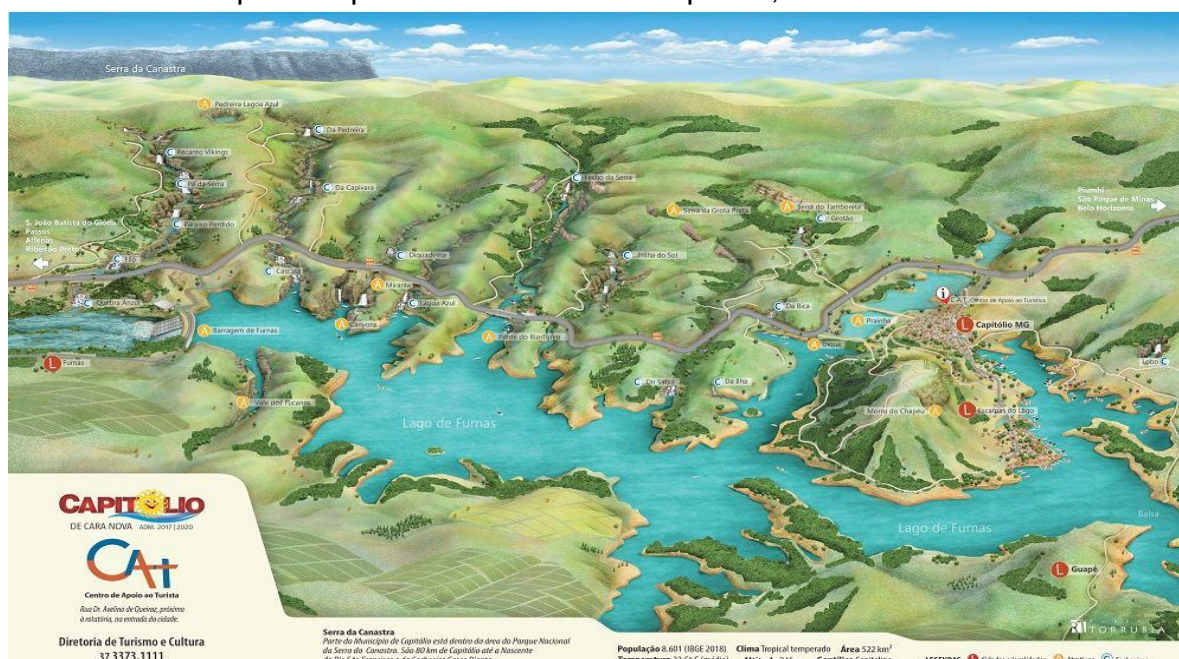


Fonte: site Nascentes das Geraís (2022).

Os turistas procuram em Capitólio passeios sendo os mais conhecidos os de lancha e de carros 4x4 a fim de explorarem da melhor maneira possível a região dos lagos. No passeio de lancha, são visitados alguns atrativos com acesso somente por água, sendo alguns deles Cascata Eco Parque, Cachoeira da Lagoa Azul, Vale dos Tucanos, Cachoeira dos Cânions, Cachoeirinha da Ilha e alguns bares flutuantes que também viraram atração turística. Esse passeio tem duração de três, quatro ou até sete horas.

Já o passeio de 4x4, são veículos traçados que fazem trilhas pelas serras da região, possuem diversos roteiros turísticos, alguns com estradas de acesso exclusivo de 4x4 e outras mais acessíveis. Os principais pontos buscados pelos trilheiros são a Pedreira da Lagoa Azul, Complexo do Paraíso Achado, Cachoeira do Beija-flor, Complexo Retiro Vikings, Cachoeira do Poço Dourado, Cachoeira Fecho da Serra, Complexo Ecológico da Capivara, Mirante dos Cânions e as trilhas pela Serra da Canastra (Figura 4). Em cada ponto turístico, o proprietário atualmente cobra uma taxa de visitação, os valores variam de R\$10,00 a R\$50,00 por pessoa. Esse passeio ganhou destaque e reconhecimento pelo aproveitamento de vários pontos turísticos em um único dia e a grande maioria desses é de difícil acesso, o passeio tem saída todos os dias e a duração é do dia todo ou então de meio período. Os roteiros variam conforme a preferência do cliente.

FIGURA 4 – Mapa com pontos turísticos em Capitólio, MG.



Fonte: www.capitolio.mg.gov.br (2021).

O complexo ecológico da Capivara e do Paraíso Achado, que estão em uma região de zona de amortecimento do Parque Nacional da Serra da Canastra, são atrativos turísticos de referência no que se diz respeito a sustentabilidade e responsabilidade com o meio ambiente. Estes locais zelam pelas práticas de recebimento de turistas e prevenção para a depredação ambiental, se destacam pela construção de saneamento via fossa séptica biodigestora (Figura 5) o que permitiu o tratamento de esgoto do local. Também é realizada a coleta seletiva de lixos (Figura 6), a proibição de garrafas e alimentos nos locais. O Complexo da Capivara possui placas fotovoltaicas para energia solar e ambos os atrativos realizaram estruturas para facilitar a passagem de pessoas nas descidas das cachoeiras com materiais sustentáveis como madeiras tratadas de reflorestamento (Figura 7). Além do mais, há proibição e a fiscalização de retiradas de estruturas da fauna e flora dos locais, assim como extração de mudas, remoção de rochas, entre outros.

FIGURA 5 – Banheiros com fossa séptica no Complexo do Paraíso Achado.



Fonte: Foto da autora (2021).

FIGURA 6 – Coleta Seletiva de lixo no Complexo Ecológico da Capivara.



Fonte: Foto da autora (2022).

FIGURA 7 – Corrimão de madeira de reflorestamento como apoio para descida no atrativo turístico Complexo do Paraíso Achado.



Fonte: Foto da autora (2021).

Foi montada uma tabela (Tabela 1) para descrição dos principais pontos turísticos na região de Capitólio, a fim de verificar quais atrativos estão melhor desenvolvidos para receber turistas em segurança, essa análise tem intuito de

contribuir para a promoção da qualidade no serviço prestado. Dessa forma, foi observada a estrada de acesso, se é acessível para qualquer tipo de carro; a construção de uma infraestrutura ou sede, onde é realizada alguma construção para recepção de turistas, restaurantes, casas de apoio ao turista, entre outros; banheiros com fossa séptica; presença de equipamentos de salvatagem a disposição para turistas; contratação de funcionários para inspecionarem a segurança de todos os clientes do atrativo; realização de coleta seletiva nos pontos; e informativos sobre regras ambientais espalhadas pelos locais acessados.

TABELA 1 – Informações sobre pontos turísticos em Capitólio, MG.

Atrativos Turísticos	Estrada fácil acesso	Infraestrutura/ Sede	Banheiros com fossa séptica	Equipamentos de salvatagem	Funcionários para inspeção de segurança	Coleta seletiva de lixo	Regras ambientais
PARAÍSO ACHADO	não	sim	sim	sim	sim	sim	sim
C. BEIJA-FLOR	não	não	não	sim	não	não	sim
PEDREIRA DA LAGOA AZUL	não	não	não	não	não	não	não
C. POÇO DOURADO	não	não	não	não	sim	não	não
C. TRILHA DO SOL	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
C. CANELA DE EMA	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
RFTIRO VIKINGS	não	não	sim	não	não	não	não
C. FECHO DA SERRA	não	sim	sim	não	não	não	não
C. CASCA D'ANTA	sim	não	sim	não	não	sim	sim
C. CAPIVARA	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
MIRANTE DOS CÂNIONS	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim

Fonte: Produzida pela autora (2022).

Feito isso, podemos comparar quais atrativos turísticos estão melhor desenvolvidos para receber turistas em segurança, visto que esses pontos destacados acima podem contribuir para promoção de qualidade no serviço prestado aos clientes.

Esta pesquisa teve como intuito geral considerar a relação entre o meio ambiente e a atividade turística nas unidades de conservação e avaliar a visão de um condutor em trilha sobre a experiência de ecoturismo na região de Capitólio-MG e também identificar as características da exploração turística nos locais visitados durante um período de seis meses de setembro de 2020 a março de 2021. Através da observação de biólogos, foi priorizado identificar as características dos locais visitados; verificar a destinação de lixos e de dejetos gerados nos atrativos; analisar se a experiência turística realizada gera preocupações ambientais nos turistas e, também, observar a atuação dos demais profissionais dessa área.

Esse estudo foi realizado junto às trilhas de 4x4, o que envolveu uma média de 70 turistas recebidos, nos meses de setembro de 2020 a janeiro 2021. Hoje, nesse ramo turístico há mais de quinhentos veículos para atender o público das trilhas de

4x4 na região. Os passeios foram realizados durante o dia, com duração de cerca de 8 horas, se iniciava às 9:30h e finalizava cerca de 17:30h e com maior incidência aos finais de semana. Dessa forma, ao longo do trajeto era observado como a exploração turística estava contribuindo para o ecossistema e também para a degradação ambiental. Ao finalizar o passeio, eram analisadas todas as informações notáveis e eram feitas as comparações necessárias. No entanto, foi realizado um levantamento bibliográfico para a contribuição do trabalho e desse modo, obter maiores informações para a pesquisa.

Os roteiros mais buscados por turistas na região de Capitólio foram utilizados para a preparação desta pesquisa, sendo eles, o complexo do Paraíso Achado, cachoeira do Beija-flor, Pedreira da Lagoa Azul, cachoeira do Poço Dourado, Retiro Vikings, cachoeira da Capivara e Parque Mirante dos Canyons. Em cada ponto foram observados o despejo/coleta de lixos, construções de infraestruturas, condições sanitárias, utilização da água e exploração humana.

A avaliação dos impactos ambientais do turismo ecológico apresenta-se como base para a determinação de medidas preventivas e corretivas, que visam conservar a atividade e a originalidade das áreas com recursos naturais consideráveis.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme o estudo de Müller et al. (2011) na década de 1950 foi implantada uma campanha para oficializar o turismo no Brasil nos Congressos Brasileiros de Turismo que foram realizados entre 1956 e 1957. Em 1970 o Brasil vivia sobre forte ditadura militar, que por meio de atos institucionais culminou em restrição de liberdades, várias mortes, repressão política aos opositores e muita censura. Nesse período houve rigoroso ajuste de contas públicas para diminuir a inflação e superávit do governo, período conhecido como milagre econômico, que resultou em destaque para o turismo como uma atividade econômica importante para o desenvolvimento para o país. Já em 1990, o turismo no país era tratado de forma amadora (BIANCHINI et al., 2014).

Dessa forma, Fuster (MOESCH, 2000, p. 11), trouxeram em um estudo o que são os efeitos do turismo:

“Turismo é, de um lado, conjunto de turistas; do outro, os fenômenos e as relações que esta massa produz em consequência de suas viagens. Turismo é todo o equipamento receptivo de hotéis, agências de viagens, transportes, espetáculos, guias-intérpretes que o núcleo deve habilitar, para atender às correntes (...). Turismo é o conjunto das organizações privadas ou públicas que surgem, para fomentar a infraestrutura e a expansão do núcleo, as campanhas de propaganda (...). Também são os efeitos negativos ou positivos que se produzem nas populações receptoras.”

Os autores Beni (2001) e Barreto (1999) designaram que os atrativos de um local possuem características naturais e culturais, de modo que a preservação dos mesmos é tanto quanto importante para a construção do processo turístico, o que envolve também a vida sustentável da comunidade. De fato, o turismo exploratório pode ser visto como um fator tanto benéfico quanto maléfico para o atrativo natural, neste relato será apresentado os principais fatos que estão em desarmonia com o processo natural do ambiente. O desenvolvimento do turismo gera uma decorrência de impactos, que são um conjunto de eventos ocasionados pelo desenvolvimento turístico nas regiões (BIANCHINI et al., 2014).

Este relato de experiências conta com análises de públicos diferentes e pode-se observar que os turistas não possuem muita educação ambiental, ou seja, a grande maioria fazem descarte indevido de lixo no meio natural; não respeitam as delimitações para ações humanas, como locais onde sejam proibidos pisar ou até mesmo acessar; depredam os locais visitados como deslocamentos de rochas, “pichações”, retiradas de mudas, entre outros; não se importam como é o processo natural do ambiente e só querem aproveitar o que ele tem a oferecer, sem nenhum cuidado.

Os acidentes naturais trazem muitos riscos à segurança de todos, o que envolve turistas, trabalhadores e moradores. Fatos como estes ocorrem, muitas vezes, por acidentes ou causas naturais mas que em alguns casos poderiam ser evitados. A falta da organização do turismo ainda é uma causa muito forte para explicação desses acontecimentos. Um exemplo de turismo ecológico e seguro é na região de Bonito – MS que utilizam algumas estratégias do Conselho Municipal de Bonito para um maior controle tributário e estatístico da visitação do município, que dita regras no destino. Um turismo pensado de forma planejada, com atividades de

forma organizada dentro de ambientes frágeis e de risco, gera uma medida de proteção e segurança tanto para o turista, quanto para o atrativo a ser visitado.

Para avaliar e organizar as informações sobre os atrativos turísticos da região, foi importante a realização da tabela, a ser possível obter uma análise com os dados e teve-se como resultado que o parque Mirante dos Cânions, recém construído, ganhou destaque na comparação, realizada pelos autores, por atender todos os itens, por mais que apresentam ter um serviço mais sustentável comparado aos demais, houveram muitas mudanças no ambiente natural e isso pode causar um desequilíbrio ecológico. Por meio de observação, pode-se citar o Complexo da Capivara que também atendeu todos os itens e este tem uma proteção ambiental maior, prezando pelo ecossistema no geral. Este último atrativo possui a conservação do meio, qualidade dos serviços prestados aos turistas e a capacidade de gestão local como condições fundamentais para a viabilidade da atividade turística a longo prazo.

Contudo, neste estudo de campo, foram encontrados mais fatores negativos que caracterizam agressão ambiental tais quais como poluições de água, do ar, do solo e até mesmo sonoras; construções irregulares; despejos inadequados de detritos; faltam políticas públicas e cumprimento de leis pelos próprios trabalhadores e responsáveis dos atrativos; carência de segurança durante as visitas dos pontos tanto para os turistas quanto para os funcionários, assim como informações necessárias para riscos do local. Além do mais, poucos atrativos turísticos aderiram fontes sustentáveis para suas infraestruturas e também não praticam formas para preservação local.

Cada ponto turístico está dentro de propriedades particulares os quais não possuem poder do município e nem do estado. Sendo assim, vale ressaltar a importância de funcionários em cada atrativo natural para fiscalização e monitoramento dos corpos hídricos para as chuvas fortes nas cabeceiras, raios e para a observação de banhistas. Isso pode evitar muitos acidentes na região. É necessária a atuação desses trabalhadores na preservação do meio e a conscientização ambiental para seus clientes, além do mais, prestar a devida destinação de lixo e detritos.

No entanto, é de responsabilidade, também, dos condutores de trilhas repassarem a educação ambiental e informações necessárias sobre o meio em que

exploram para o grupo. Todavia, foi observado que a grande maioria dos profissionais não eram qualificados para esses conhecimentos e nem se preocupavam com o ato, ademais, foram presenciadas muitas informações errôneas repassadas aos turistas pelos condutores, o que poderiam colocar todos em perigo naquele ambiente.

Se faz necessário que todos os trabalhadores tenham uma qualificação com cursos e especializações de conhecimentos sobre a região e segurança no trabalho, para evitar fatos como desinformação do meio e acidentes.

De outro modo, os aspectos positivos se destacaram nas percepções em alguns pontos. Inicialmente, é importante ressaltar que o turismo contribuiu grandemente em questão de desenvolvimento, visibilidade e benfeitorias para a região de Capitólio. Outro fator, foi sobre a melhoria na qualidade de vida dos habitantes também devido à fonte de renda que aumentou gradativamente, tendo em vista a geração de empregos e de oportunidades para a comunidade local (IBGE, 2021). Foram realizadas muitas melhorias em infraestruturas para receber a demanda de turismo e conseguir atender melhor suas necessidades.

Esses pontos destacados foram os principais encontrados durante a experiência de seis meses, durante a alta temporada. Contudo, essa expansão turística se deve ao fato de surgirem novas necessidades econômicas a partir de algumas modificações dos padrões de consumo da comunidade pela influência dos hábitos dos turistas (BARRETO, 1999) e (BENI, 2001).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os princípios sustentáveis de desenvolvimento e de turismo estão diretamente ligados à conservação do meio ambiente. Portanto, se faz necessário um equilíbrio entre a conservação ambiental com todos os requisitos junto aos interesses econômicos para o Município, de forma que haja um controle biológico para o constante desenvolvimento daquela comunidade no geral.

Ainda não há uma política ambiental e turística adequada no Brasil e, por este fato, pode-se explicar as consequências desordenadas que o turismo pode provocar no meio em que ele é explorado. Foram detectados mais pontos negativos do que

positivos ao longo deste trabalho, entretanto, se faz necessário buscar recursos que garantirão proteção e preservação do meio ambiente e, também, posicionamento das autoridades responsáveis em preocupação com a segurança dos trabalhadores e, ainda assim, capacitação dos grupos de profissionais que ali exercem suas funções.

É sabido que o turismo compreende riscos de naturezas distintas, posto isto, para o desenvolvimento da atividade turística de uma determinada localidade, se faz necessárias algumas exigências básicas de infraestrutura, qualificação profissional, empreendimentos apropriados e garantia no serviço. A segurança tem como consequência a qualidade e, para o turismo responsável, esta é uma condição fundamental.

E com base na perspectiva da preocupação em planejar o turismo, amenizar os aspectos negativos e buscar maneiras para fortalecer os impactos positivos, o que deve ser visto como uma prioridade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES A. R., ALVES DE MELO, S.. **Capitório em Prosa e Verso**. Ed. 981.51. Viçosa: Editora Folha de Viçosa, 2002.

BARBOSA, M. A. C.; ZAMBONI, R. A.. **Formação de um “cluster” em torno do turismo de natureza sustentável em Bonito-MS**, Brasília, 2000. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2248/1/TD_772.pdf - Acesso em: 27 de janeiro 2021.

BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 6.ed. Campinas,SP: Papirus, 1999.

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. Ed. 4 rev. São Paulo: SENAC, 2001.

BIANCHINI, I.M. E., et al.. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais** Aracaju v. 3 N.1 p. 43 – 53, outubro, 2014.

CAMARGO, L. J. J., et al.. **Análise da sustentabilidade do turismo ecológico no município de Bonito, Mato Grosso do Sul na promoção do desenvolvimento regional**. Sociedade & Natureza, 23 (1): pg 65-75, abril, 2011.

CANDIOTTO, L. Z. P.; BONETTI, L. A.. **Trajetória das políticas de turismo público fora do Brasil**. Revista Turydes: Turismo e Desenvolvimento, n. 19, dezembro, 2015. Artigo ISSN 1988-5261. <http://www.eumed.net/rev/turydes/19/politicas.html> - Acesso em: 17 de junho de 2021.

COLLISCHONN, W., KOBAYAMA, M., **A hidrologia da cabeça d'água (1): ocorrências e observações no Brasil**. In: XXIII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foz do Iguaçu, 2019.

CORRÊA, M. L., ANDRADE DE PAULA, D.. **Hidrelétricas e desenvolvimento no Brasil: A construção da usina de Furnas em perspectiva histórica (1956-1965)**. In: Simposio Internacional Globalización, Inovación e Construcción de redes técnicas e urbanas em América y Europa, Universidade de Barcelona, 2012.

COSTA, N. B. R.. **Impactos sócio-ambientais do turismo em áreas litorâneas: um estudo de percepção ambiental nos balneários de praia leste, Santa Teresinha e Ipanema – Paraná**. Revista Geografar, Curitiba, v.6, n.2, p.151-181, 2011.

EMBRATUR/IBAMA. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília, 1994.

FARIA, Caroline. **Ecoturismo**. InfoEscola, 2008. Disponível em: <https://www.infoescola.com/ecologia/ecoturismo/>. Acesso em: 25 de junho de 2021.

FILHO, O. M.. **Uma transposição de rio esquecida**. 2011. Disponível em: https://web.archive.org/web/20150203184713/http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/dezembro2006/textos/rio_esquecida.pdf. Acesso em 15 de outubro de 2021.

FLORES E SILVA, Y.. **Sobre riscos e segurança turística: algumas reflexões**. V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL (SeminTUR) Turismo: Inovações da Pesquisa na America Latina. Universidade de Caixias do Sul, RS, Brasil. Balneário do Camburiú – SC, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Capitólio**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/capitolio/panorama>. Acesso em 06 de fevereiro de 2022.

MELHORES DESTINOS. **Guia de Destinos: CAPITÓLIO**. 2021. Disponível em: <https://guia.melhoresdestinos.com.br/usina-hidreletrica-de-furnas-243-6638-l.html>. Acesso em: 14 de outubro de 2021.

Legislação Informatizada - Decreto nº 40.271, de 5 de novembro de 1956 - Publicação Original » Câmara dos Deputados do Brasil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-40271-5-novembro-1956-379584-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 14 de outubro de 2021.

MARTINS, A.. **Cresce a participação do Turismo no PIB nacional**. Gov.br, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/cresce-a-participacao-do-turismo-no-pib-nacional>. Acesso em 21/11/2021.

McINTOSH, R.; GOELDNER, C.; RITCHE, J.. **Turismo: Planeación, Administración y Perspectivas**. Limusa: México, 2000.

MELLO, F. M. **A história das barragens no Brasil, Séculos XIX, XX e XXI.** Cinquenta anos do Comitê Brasileiro de Barragens. Rio de Janeiro, 2011.

Memória FURNAS. Eletrobrás Furnas, 2021. Disponível em: <https://www.furnas.com.br/memoria/?culture=pt> . Acesso em: 25/10/2021.

MOESCH, Marutschka Martini. **A produção do saber turístico.** São Paulo: Contexto, 2000.

MÜLLER, D. et al.. **O Despertar do Turismo no Brasil: A década de 1970.** Book of proceedings, International Conference on Tourism & Management Studies – Algarve, v. 1, 2011.

OLIVEIRA, E. S.. **Impactos socioambientais e econômicos do turismo e suas repercussões no desenvolvimento local: o caso de Itacaré – Bahia.** Dissertação para obtenção do título de Mestre em Cultura e Turismo – Universidade Estadual de Santa Cruz e à Universidade Federal da Bahia, 2008.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Seguridad em turismo. Medidas prácticas para los destinos.** Madri: OMT, 1997.

PMC - Prefeitura Municipal de Capitólio. **Curiosidades.** 2021. Disponível em: <https://www.capitolio.mg.gov.br/portal/servicos/33/curiosidades/>. Acesso em: 01 de novembro de 2021.

RUSCHMANN, D. V. M.. **Turismo sustentado para preservação do patrimônio ambiental.** Revista turismo em análise 3 (1). São Paulo, ECA/USP, p. 42-50, 1992.

RIBEIRO, M. L. et al.. **Conhecendo o meio ambiente em rio bonito: uma prática lúdica e educativa no colégio nossa senhora De nazaré, Nova Friburgo-RJ.** Revista Uniara, Araraquara SP, v. 13, n. 1, julho, 2010.

TORRES, E. M. G. T.. **Percepções de um grupo de guias e monitores ambientais sobre o ambiente em que atuam - Paraty-RJ.** Revista Educação Ambiental BE-597, v. 1, 2008.